

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.458 - PR (2019/0243807-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **DANILO GENTILI JÚNIOR**
AGRAVANTE : **LEONARDO DE LIMA BORGES LINS**
AGRAVANTE : **MURILO MARTINS DO COUTO**
AGRAVANTE : **TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S/A**
ADVOGADO : **MARCELO MIGLIORI - SP147266**
AGRAVADO : **HERIK HULBERT DE ALMEIDA**
ADVOGADO : **MARIA FERNANDA FIGUEIRA ROSSI TICIANELLI - PR029537**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RECURSO ESPECIAL PRINCIPAL INADMITIDO NA ORIGEM. RECURSO ESPECIAL ADESIVO TIDO POR PREJUDICADO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA DETERMINAR A SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL E A AUTUAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL ADESIVO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. e outros contra a decisão de fls. 411-413 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio aos acórdãos de fls. 330-341 e 353-356 (e-STJ), prolatados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementados:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROGRAMA DE TELEVISÃO. HUMORÍSTICO. EXIBIÇÃO DE VÍDEO CONSTRANGEDOR. GRAVAÇÃO FEITA QUANDO AUTOR ERA ADOLESCENTE. REPRESENTAÇÃO DAS CENAS PELOS APRESENTADORES COM COMENTÁRIOS DE CUNHO VEXATÓRIO E COM PROPÓSITO DE HUMILHAÇÃO. LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE EXPRESSÃO QUE NÃO É ABSOLUTA. CONDUTA DOS RÉUS QUE EXTRAPOLOU OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO A PONTO DE VIOLAR A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE PRESERVAÇÃO DA HONRA E DA IMAGEM DO AUTOR. VIOLAÇÃO DO ECA. DANO MORAL. CARACTERIZADO. NEXO DE

CAUSALIDADE. DEMONSTRADO. CONCAUSA.
INDENIZAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. AÇÃO
PROCEDENTE. SUCUMBÊNCIA REDISTRIBUÍDA. APELO
PROVIDO.

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO
DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OMISSÃO.
INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA
LIDE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO INADEQUADO.
PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 359-380), apontaram os insurgentes a existência de violação dos arts. 489, § 1º, inciso IV, e 1.022, inciso II e parágrafo único, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015; e 186, 403 e 927 do Código Civil. Sustentaram, em síntese: i) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e ii) inexistência de ato ilícito ou ausência de nexo causal.

Contrarrazões às fls. 386-393 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos:
a) não ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e b) incidência da Súmula 7/STJ.

Daí o presente agravo, no qual os insurgentes contestam a aplicação dos óbices.

Contraminuta às fls. 432-438 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, deve este ser convertido em recurso especial para a análise meritória.

Consequentemente, o recurso especial adesivo deverá ascender a esta Corte para julgamento.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. REPORTAGEM TELEVISIVA.
UTILIZAÇÃO DA IMAGEM DE MULHERES,
CONSIDERANDO-AS PROSTITUTAS, SEM AUTORIZAÇÃO.
MONTANTE DA REPARAÇÃO. CASOS IDÊNTICOS.
OBSERVAÇÃO DA MÉDIA DE INDENIZAÇÕES FIXADAS.

1. A acusação de prostituição feita, sem a autorização ou conhecimento da parte atingida, em programa televisivo em rede nacional, justifica a condenação do responsável a reparar o dano moral causado.

2. Se uma determinada lesão a bem jurídico atinge mais de uma pessoa e se cada pessoa pleiteou em processo autônomo a reparação

de seus direitos, é importante que na fixação do montante da indenização os precedentes específicos já exarados sejam tomados em consideração, em nome do princípio da segurança jurídica, ainda que não provenientes do STJ. É critério razoável, nesse sentido, o do estabelecimento da média das indenizações já fixadas para se encontrar a justa reparação do dano moral causado.

3. Não se pode utilizar o salário-mínimo como fator de indexação do montante estabelecido a título de indenização por dano moral.

Precedentes.

4. Se o recurso especial adesivo não é admitido pelo Tribunal de origem em função da inadmissão do recurso especial principal (art. 500, III, do CPC), e se apenas a parte que interpôs o recurso principal recorre contra essa decisão, o provimento do agravo, com a determinação de subida dos autos para julgamento do recurso principal, implica a necessidade de apreciação também do recurso especial adesivo. Precedente.

5. Não se conhece de recurso especial pela alínea 'c' do permissivo constitucional quando ausente a demonstração analítica da divergência.

6. Recurso especial principal conhecido em parte e, nessa parte, provido, para reduzir o montante da reparação do dano moral.

7. Recurso especial adesivo não conhecido.

(REsp 1245527/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 24/02/2012).

Diante do exposto, dou provimento ao agravo em recurso especial para determinar a sua conversão em recurso especial.

Ao providenciar a alteração da classe processual, inclua a Secretaria, na autuação deste processo, os dados referentes ao recurso especial adesivo interposto por Herik Hulbert de Almeida (e-STJ, fls. 395-406), de forma a que possam ser examinados conjuntamente os dois recursos.

Após, retornem os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator